

## Extensão rural e modernização conservadora em Santa Catarina

*Reinaldo Lindolfo Lohn\**

### Resumo

O artigo procura localizar o discurso da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC) – órgão responsável pelo serviço de extensão rural – no quadro das discussões sobre o desenvolvimento brasileiro. A raiz do subdesenvolvimento encontrar-se-ia nos obstáculos que o mundo rural, lugar do atraso, interpunha ao progresso tecnológico. A ACARESC fez-se escutar, tomando os pequenos agricultores como responsáveis pelo atraso.

Unitermos: discurso, agricultura, atraso, tecnologia.

Já se foi o tempo em que um certo Jeca Tatu, personagem criado por Monteiro Lobato, fez muito sucesso nos folhetos de propaganda do Biotônico Fontoura, tornando extremamente popular uma imagem de um trabalhador rural que acabou transformando-se num anti-herói do Brasil moderno. Analfabeto, sujo, indolente, portador de verminoses crônicas, o estereótipo que Lobato constituiu para o caboclo brasileiro, “funesto parasita da terra”,<sup>1</sup> persistiu durante largo tempo formando um imaginário que apresenta o lavrador como um eterno necessitado, alguém que precisa ser tutelado pelo Estado e al-

\* Graduado em História, em 1993, pela Universidade Federal de Santa Catarina. Iniciou o Mestrado em 1995. Orientador, Prof. Dr. Sérgio Schmitz.

<sup>1</sup> LOBATO, Monteiro. *Urupês*. São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 139-144.

cançado pelo progresso, pela via férrea, pelo “italiano”, que o “toca” de onde está, “feito cachorro”. “Seu grande cuidado é espremer todas as conseqüências da lei do menor esforço – e nisso vai longe”.<sup>2</sup>

Quando o Serviço de Extensão Rural foi implantado em Santa Catarina, em 1956, com a fundação da Associação de Crédito e Assistência Rural de Santa Catarina (ACARESC),<sup>3</sup> não encontrou propriamente Jecas, nem tinha como objetivo atender trabalhadores rurais “despossuídos” como os do Vale do Paraíba da obra de Monteiro Lobato. A pretensão era levar a modernização através de tecnologia e insumos industriais para agricultores que tivessem condições de fazer empréstimos em bancos, selecionando os mais aptos para os novos tempos do capitalismo em expansão na agricultura.

Os extensionistas pretendiam atender a um enorme número de pequenos proprietários, cuja origem étnica – muitos descendentes de alemães e italianos – Lobato consideraria como muito apta ao trabalho, ao contrário do seu Jeca Tatu. Nos discursos e falas oficiais sobre o homem do campo catarinense sempre houve a preocupação de ressaltar a laboriosidade e o esforço, características que o fariam sustentáculo da prosperidade econômica.

No entanto percebe-se, no momento do surgimento da ACARESC, uma preocupação próxima daquela encontrada nos primeiros textos de Monteiro Lobato: a civilização e o progresso entravam em choque com práticas de trabalho que não correspondiam às exigências da penetração crescente de relações capitalistas no meio rural brasileiro, após a Segunda Guerra Mundial. Não se tratava mais de o agricultor ser apenas tra-

---

<sup>2</sup> Ibidem. p. 145-155.

<sup>3</sup> Inicialmente, o Serviço de Extensão Rural implantado em Santa Catarina chamou-se ETA-Projeto 17.

balhador, pois esse não era mais um problema para Santa Catarina – ao menos nos discursos. Mas era preciso que esse homem laborioso adotasse práticas e técnicas que ampliassem a produtividade, integrando a agricultura no processo de crescimento industrial. Para isso era preciso um “novo” homem do campo, cujo modelo não mais poderia ser representado pelo agricultor tradicional e auto-sustentado.

Tratamos aqui de discutir as implicações políticas de um programa que se pretendia absolutamente “a-político”, baseado em critérios de neutralidade técnica e que elegeu tecnologias agrícolas industrializadas, como as alavancas para a transformação de hábitos e formas de trabalho. Analisamos a prática e o discurso técnico dos extensionistas nos anos 60 e 70, tomando-os como constituidores e desqualificadores de sujeitos sociais. Para criar os agricultores considerados competentes foi preciso, antes de mais nada, realizar o trabalho de construção social da incompetência, da classificação de determinados grupos como incapazes e obstáculos ao progresso.

A criação da ACARESC ocorreu conjuntamente a diversos outros empreendimentos similares que, em meados dos anos 50, estavam sendo implantados em vários outros estados brasileiros. Desde 1948 já se desenvolviam trabalhos com Extensão Rural no Brasil, a partir da fundação da primeira experiência nessa área, em Minas Gerais, sob o patrocínio da *American International Association* (A.I.A.), de Nelson Rockefeller, interessado em difundir sua “Revolução Verde” pelos países periféricos.

Era uma época em que os mecanismos de poder tradicionalmente empregados sobre a população rural, caracterizados pelo mandonismo local e por práticas de sujeição pessoal, vinham se deteriorando, acompanhando a crise do Estado populista. A expansão capitalista dava visibilidade ao campo que

passava a ser alvo, não só de estratégias de desenvolvimento, como também recebia a atenção de compositores, escritores, intelectuais e políticos que viam na temática do “homem do campo”, do sertanejo, do pequeno agricultor, do trabalhador rural, uma questão não resolvida pelo nacional-desenvolvimentismo. Toda uma série de discursos envolveram a construção daquele que deveria ser o agricultor ideal, o que não deixou de ocorrer também em Santa Catarina.

Em sua mensagem à Assembléia Legislativa de 1956, o então governador Jorge Lacerda, afirmou: “a estabilidade da economia catarinense assenta principalmente, em bases agrícolas. O homem da gleba é o seu esteio”.<sup>4</sup> A este “homem da gleba” era atribuída a condição de promotor da riqueza catarinense e sustentáculo da sociedade. Este tipo de discurso, no entanto, era acompanhado por outro que desqualificava o agricultor em virtude das formas de trabalho empregadas para a realização de sua tão importante missão. No discurso dos governantes em defesa da implantação da Extensão Rural estava implícita a identificação de sujeitos sociais incompetentes para o convívio com o capitalismo.

Apesar de todo o esforço do agricultor de Santa Catarina “para vencer as naturais dificuldades do meio”, o homem do campo conservava “os mesmos processos [de trabalho] dos seus antepassados”.<sup>5</sup> Do mesmo modo que o então fazendeiro Monteiro Lobato se indignava e condenava em artigo publicado no jornal “O Estado de S. Paulo”, em 1914, os caboclos – as “velhas pragas” que promoviam queimadas e não sabiam utilizar a terra –, o pequeno produtor catarinense passou a ser alvo de atenção do governo do estado para que aprendesse a traba-

<sup>4</sup> Santa Catarina. Governo Jorge Lacerda. *Mensagem apresentada à Assembléia Legislativa*. Florianópolis: 15 de abril de 1956. p. 07.

<sup>5</sup> Santa Catarina. Governo Irineu Bornhausen. *Discursos*. Florianópolis: 1956. pp. 101-102.

lhar. Segundo o discurso oficial, o atraso da agricultura catarinense não era devido ao fato de o agricultor ser “inimigo do progresso”, tal qual um Jeca Tatu, mas por ter sido esquecido pelos poderes públicos. Em 1954, o governador Irineu Bornhausen afirmava que “a grande crise que se instalou nos quadros da vida brasileira é, de modo geral, reflexo do esquecimento a que, durante largo período, ficou relegado o trabalhador rural”.<sup>6</sup>

Mudar os hábitos e as formas de trabalho dos pequenos agricultores passou a ser uma tarefa encarada como uma política pública, indispensável para retirar a agricultura e toda a economia catarinense do atraso em que se encontrava naquele período. Para essa mudança, o instrumento básico era a tecnologia agrícola, as máquinas, os instrumentos de trabalho e insumos industrializados, cujo acesso dependia de uma adequação do agricultor a determinadas normas que interfeririam diretamente em sua forma de vida e trabalho.

O tema dos obstáculos ao desenvolvimento brasileiro estava em evidência nos anos 50 e 60, momento em que surgiram inúmeras reflexões, partindo dos mais diversos pontos do quadro político e intelectual, todos procurando explicar nosso subdesenvolvimento. Florestan Fernandes, Octávio Ianni, Celso Furtado e Fernando Henrique Cardoso, entre outros, foram expoentes de toda uma tradição acadêmica brasileira que voltou os olhos para a história, procurando explicar as causas do atraso. Preocupação idêntica à de técnicos governamentais e uma parte do *establishment* político e econômico. O que estava em jogo era pensar modelos para o aprofundamento de um certo desenvolvimento, que poderia ser mais excludente ou includente, dependendo do campo político e das filiações ideológicas, mas que tinha como pressuposto uma homogeneização

---

<sup>6</sup> Ibidem. p. 277.

do país, pretendendo pensar as carências elementares da população, segundo a lógica do valor de troca e da racionalidade urbano-industrial.

São questões que persistem através da história brasileira, assumindo diferentes formas, sempre envolvendo as elites em torno da perspectiva de modernizar conservando, fazendo com que a modernidade sempre se reproduzisse no Brasil com um aspecto excludente. Tal não era diferente para os governantes catarinenses das décadas de 50 e 60 que preconizavam e urgiam uma modalidade de progresso e de desenvolvimento que tomava a maioria da sociedade como obstáculo e que tinha como pressuposto a constituição de incompetentes sociais,<sup>7</sup> incapazes de dominar os códigos e padrões da nova cultura. Uma modernização conservadora, não imobilista, mas sem rupturas: sem a intenção de quebrar correlações de poder ou estruturas de dominação. Aliás, como aponta José de Souza Martins, é muito difícil identificar no Brasil quem faz parte do partido da ordem ou da ruptura, um país cujos projetos transformadores são freqüentemente assimilados e desfigurados pelos detentores do Estado. “As mesmas elites responsáveis pelo patamar de atraso em que se situavam numa situação histórica anterior, protagonizaram as transformações sociais”.<sup>8</sup>

Essa ambigüidade entre mudança e permanência tem, em Santa Catarina, um momento excepcional. O governo de Celso Ramos (1961-1964), de tradicional corrente oligárquica, foi orientado por um plano de metas desenvolvimentistas que, após estabelecidos os “pontos de estrangulamento” da economia catarinense, programou uma série de intervenções governamentais para induzir o crescimento estadual. O poder público pas-

<sup>7</sup> CHAUÍ, Marilena de Souza. *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo: Cortez, 1994.

<sup>8</sup> MARTINS, José de Souza. *O poder do atraso: ensaios de sociologia da história lenta*. São Paulo: Hucitec, 1994. p. 58.

sava a ser o demiurgo de uma nova sociedade catarinense, próspera e desenvolvida, com promessas, inclusive, de realização de reforma agrária em terras devolutas, através do Instituto de Reforma Agrária de Santa Catarina. Ao mesmo tempo, esse foi o período em que a Extensão Rural ganhou maior destaque no governo estadual, sendo vista como uma das saídas para resolver o atraso dos campos. A intenção era “criar as condições para no quinquênio 1961-1966” instalar “no território de cada município, no mínimo um agrônomo, um veterinário e uma assistente doméstica. Estes técnicos, num trabalho de equipe, levariam à casa do agricultor os conhecimentos todos de que ele e a família necessitam para vencer os momentos duros em que vivem.”<sup>9</sup>

A Extensão Rural foi mais um desses projetos que podem ser definidos a partir da frase do personagem Tancredi, de *O Leopardo* – livro escrito por Tomasi di Lampedusa – dirigida a seu tio, o Príncipe de Salina: “Se quisermos que tudo fique como está, é preciso que tudo mude”. Um projeto que estava enquadrado nos parâmetros estabelecidos pela opção feita pelos setores dominantes em favor de uma estratégia de “modernização conservadora” para a atividade agrícola. Argemiro Jacob Brum define essa estratégia como estando orientada para a implantação da empresa rural capitalista no campo, através do aumento da produtividade por intermédio de métodos e técnicas modernas, sem alterar estruturas agrárias.<sup>10</sup>

A modernização conservadora configurava um novo padrão de desenvolvimento rural, caracterizado pela modernização agropecuária, com a ampliação do complexo agroindustrial e com a constituição de um sistema de financiamento da expan-

<sup>9</sup> Santa Catarina. Governo Celso Ramos. *Mensagem anual à Assembléia Legislativa*. Florianópolis: 1961. p. 27.

<sup>10</sup> BRUM, Argemiro Jacob. *Modernização da agricultura: trigo e soja*. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 54.

são de capitais, além da “definição de um novo padrão de regulação das relações econômicas e sociais do setor rural pelo Estado”.<sup>11</sup>

Mais do que o simples aumento de produtividade, mecanismos como o Crédito Rural, o cooperativismo, a sindicalização e a Extensão Rural procuravam estabelecer uma nova ordem social. O aumento da produção agrícola e a expansão do capitalismo no campo passavam pela necessidade de expropriar o saber costumeiro dos pequenos agricultores, de modo a adestrá-los e discipliná-los segundo a lógica do capital.

A Extensão Rural trouxe a antiga questão do Jeca Tatu de volta à cena, com novos contornos, pois embora só se pretendesse atingir proprietários rurais e não trabalhadores assalariados ou lavradores com posse precária de suas terras, tratava-se de instrumentalizar os pequenos agricultores com as novas técnicas agrícolas e tomar seus hábitos e comportamentos, a exemplo de qualquer Jeca Tatu, como entraves ao desenvolvimento e ao bem-estar social. Havia a necessidade de um outro agricultor que adotasse práticas e ritmos de trabalho determinados por máquinas e produtos agrícolas industrializados.

Em Santa Catarina que, na década de 60, tinha 67,5% de sua população vivendo no campo, a Extensão Rural logo se tornou uma estratégia de desenvolvimento econômico-social privilegiada. O trabalho era dirigido para arregimentar apoio à modernização junto aos agricultores. Quanto a isso, ganharam grande dimensão os clubes 4S<sup>12</sup> que abrangeram várias regiões do estado, atuando junto a um número expressivo de jovens agricultores. Tais clubes se constituíam em verdadeiros aparelhos de normatização de condutas. Tratava-se de difundir o

<sup>11</sup> DELGADO, Guilherme da Costa. *Capital financeiro e agricultura no Brasil: 1965-1985*. São Paulo: Ícone, 1985. p. 21-22.

<sup>12</sup> A sigla 4S significa: Saber, Sentir, Servir e Saúde.



modelo capitalista de pensar e produzir, segundo as necessidades da expansão do capital.

Em grande parte do interior catarinense as relações de dominação ocorriam segundo um modelo quase coronelista, no qual os pequenos produtores e os trabalhadores rurais se viam sob a dependência pessoal de potentados locais, recebendo pequenos favores que lhes supriam uma existência plena em carências essenciais. Conforme Marise da Silveira Veríssimo, em comunidades do interior o relacionamento entre colonos e políticos era intermediado pelo representante, “aquele que vendia de casa em casa produtos para o sustento e complementação das famílias”. Era um explorador que vivia do trabalho alheio, “assumindo muitas vezes o papel de um líder na comunidade, cabrestando votos” e dificultando “o surgimento de lideranças alternativas”.<sup>13</sup>

Porém, a capitalização dos processos produtivos agrícolas pressupunha transformações nas formas de produção empregadas pelos produtores rurais, bem como de todo o conjunto de relações sociais correlacionado. As inovações tecnológicas, com a introdução de processos produtivos tecnificados, modificavam as relações de trabalho tradicionalmente reinantes no meio rural catarinense.

A qualificação do trabalhador desde a formação do capitalismo está relacionada à sua capacidade de lidar com objetos técnicos, máquinas e instrumentos de trabalho, cujo grande emblema acabou sendo a fábrica fordista, parcelando o trabalho e retirando do trabalhador o controle sobre aquilo que produz. As máquinas passaram a ser uma presença constante no próprio imaginário ocidental, como destaca Maria Stella

<sup>13</sup> VERÍSSIMO, Marise da Silveira. A política agrária nacional e a formação do sindicato dos trabalhadores rurais em Santa Catarina. In: DIAS, José de Souza (org.). *Santa Catarina em perspectiva: os anos do golpe*. Petrópolis: Vozes, 1989. p. 75.

Bresciani.<sup>14</sup> As máquinas possuem a força simbólica de estabelecer um padrão de medidas que hierarquiza os homens, segundo sua capacidade para lidar com elas. O trabalhador é mais ou menos apto, qualificado e competente, conforme for sua destreza para fazer as máquinas funcionarem.

A compatibilização da máquina e o trabalhador não foi tarefa fácil e Edward Thompson aborda o quanto foi lento o processo de instauração de um tipo de trabalho completamente regulado que uniformizasse e ritmasse as tarefas, segundo as exigências do tempo do capital. Para tanto, foi às máquinas que se atribuiu a capacidade de disciplinar os trabalhadores. Thompson registra como, ainda antes da revolução industrial, reformadores agrícolas se queixavam de camponeses por causa do tempo perdido em diversos afazeres que não diziam respeito diretamente à produção. Foi preciso instaurar uma economia do tempo, com uma administração eficaz do ritmo da mão-de-obra.<sup>15</sup>

No caso do trabalho empreendido pela Extensão Rural, tratava-se de ir a um “outro mundo”, diferente do universo industrial – e considerado inferior –, para torná-lo apto e qualificado aos ritmos e ao tempo do capital. Isso envolveu a instauração de um novo “saber fazer”,<sup>16</sup> que é exterior ao agricultor, subordinando o trabalho à técnica. Na ação extensionista está implícita a necessidade de retirar do produtor direto o poder de realimentar o conhecimento sobre seu trabalho. Esse saber fa-

<sup>14</sup> BRESCIANI, Maria Stella. Lógica e dissonância - sociedade de trabalho: lei, ciência, disciplina e resistência operária. In: Revista Brasileira de História. *Sociedade e trabalho na história*. São Paulo: Marco Zero. vol. 6 n. 11. set. 1985/fev. 1986. p. 7-44.

<sup>15</sup> THOMPSON, Edward P. *Tradicón, revuelta y conciencia de clase*. Madri: Editorial Crítica, 1984. pp. 267-268

<sup>16</sup> KAWAMURA, Lili. *Tecnologia e política na sociedade: engenheiros, reivindicação e poder*. São Paulo: Brasiliense: 1986. p. 17-32.

zer monopolizado pelo capital ultrapassa o processo puro e simples de transformação da matéria e impõe novas relações sociais, novas práticas que dizem respeito a um maior controle, supervisão, seleção e treinamento, até que se encontre os mais aptos ao trabalho. Daí o papel excludente da tecnologia quando o poder para controlá-la é limitado, permitindo que sejam impostas práticas de seleção e recrutamento dos mais capazes.

No século XIX, como aponta Bresciani, a ciência se uniu à técnica para impor e popularizar a máquina e o sistema de fábrica, através dos técnicos e especialistas dos Institutos de Mecânica, quebrando a resistência dos trabalhadores e forjando o operariado qualificado.<sup>17</sup> Na agricultura, por outro lado, o capital se vê diante de um “processo de produção natural”<sup>18</sup> que não pode ser diretamente transformado num ramo da produção industrial. Daí a importância de uma intervenção racional através de centros de pesquisas e treinamento com vistas a quebrar os ritmos da natureza, não só com sementes ou instrumentos, mas diretamente sobre os processos de trabalho que devem superar o tempo cíclico e adotarem o tempo linear e regulado do capital, através da máquina. O capital cria tipos sociais adequados ao seu ritmo e necessidades.

Com isso se estabelece uma nova temporalidade para o trabalho agrícola que se integra, ainda que parcialmente, ao grande sistema automático da indústria, onde se procura controlar o imprevisível, dentro dos métodos de gestão capitalista. O discurso da competência difundido pelo extensionismo pressupõe uma relação de poder disciplinar entre o técnico e o pequeno agricultor, na qual este foi submetido à coerção de

---

<sup>17</sup> BRESCIANI, Maria Stella Martins. Op Cit. p. 16.

<sup>18</sup> GOODMAN, David; SORJ, Bernardo & WILKINSON, John. *Da lavoura às biotecnologias: agricultura e indústria no sistema internacional*. Rio de Janeiro: Campus, 1990. p. 131.

seus conhecimentos costumeiros e obrigado a tornar-se “socialmente conformado, pois, exposto à ação coercitiva do sistema, não questiona as tecnologias e exerce uma função de repassador das inovações que absorve”.<sup>19</sup> Os extensionistas dispunham do poder discursivo, o que – como aponta Pierre Bourdieu – corresponde a uma prática de autoridade-crença.<sup>20</sup> A Extensão Rural aplicou o discurso técnico como forma de tornar-se um emissor legítimo, portador da autoridade e da competência a quem os pequenos agricultores deviam obediência.

Os projetos desenvolvidos pela ACARESC procuraram atingir diretamente a família do pequeno agricultor, agindo sobre os hábitos, os comportamentos e as formas de trabalho. A própria residência do agricultor era alvo dos extensionistas que procuravam implantar hábitos domésticos adequados a um agricultor moderno, preparando “a esposa do agricultor (...) para ser melhor dona de casa. O homem tornará a propriedade mais lucrativa, a mulher tornará o lar mais aprazível”.<sup>21</sup> Com isso se rompia a unidade entre trabalho e consumo, criando uma distinção entre esferas de produção e de convivência familiar, própria de sociedades industriais.

É importante ressaltar a relação que se pretendia estabelecer entre os agricultores e o Crédito Rural. A Extensão Rural passou a desempenhar o papel, especialmente na década de 70, de “extensão dos bancos”, fiscalizando as “aplicações do

<sup>19</sup> SPERRY, Suzana. *O olhar da exclusão: comunicação e tecnologia de poder na pesquisa e extensão*. Dissertação de Mestrado apresentada à Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 1992. p. 222

<sup>20</sup> BOURDIER, Pierre. O mercado das trocas lingüísticas. In: ORTIZ, Renato (org.). *Pierre Bourdier*. São Paulo: Ática, 1994. p. 161.

<sup>21</sup> Santa Catarina. Governo Celso Ramos. *1ª Mensagem Anual à Assembléia Legislativa*. Florianópolis: 15 de Abril de 1961, p. 30-31.

crédito rural”. Um dos incentivos para os agricultores receberem os extensionistas era o acesso ao crédito.<sup>22</sup>

Através de crédito e tecnologia os extensionistas puseram em prática uma dinâmica de exclusão e inclusão que buscou legitimidade num discurso tecnicista supostamente neutro. Para romper com essa representação da tecnologia, é preciso colocá-la no campo das relações e dos conflitos sociais, tomando-a como manifestação cultural que impõe valores e constrói dispositivos para sua prática e interiorização no conjunto da sociedade. Sem fetichizar a técnica é possível tomá-la como elemento constituidor e legitimador de sujeitos e práticas sociais, adotando uma perspectiva histórica que desfça certas convicções naturalizadas.

O projeto difundido pela ACARESC envolveu um confronto entre visões de mundo, culturas e modos de pensar, agir e trabalhar diferentes. É preciso atentar justamente para o olhar dos extensionistas sobre a população rural e os mecanismos através dos quais a cultura dominante – da lógica do valor de troca –, se fez aceita, interiorizada e, talvez, transformada ou recusada. Mesmo com a ênfase na modernização tecnológica, a Extensão Rural, muito tempo depois de Monteiro Lobato ter criado o Jeca Tatu, continuou seguindo a racionalidade conservadora brasileira para a qual as classes populares sempre foram consideradas como obstáculos ao desenvolvimento que se pretendia impor ao país, bem como incompetentes para construir formas autônomas de vida. Da mesma forma que Lobato, os extensionistas identificaram o tipo de lavrador indesejável para o Brasil e que deveria ser legitimamente excluído, por não (re)conhecer o capitalismo e muito menos adotar seus valores, obstruindo seu livre desenvolvimento.

---

<sup>22</sup> YU, Chang Man. *Sistema faxinal: uma forma de organização camponesa em desagregação no centro-sul do Paraná*. Londrina: Instituto de Agricultura do Paraná, 1988. p. 69.